



# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XIV — N.º 146 — S. PAULO, DEZEMBRO DE 1969 — REDAÇÃO: RUA LÍBERO BADARÓ, 488 — 5.º ANDAR — SALA 50 — CAIXA POSTAL, 6248

## BALANÇO E PERSPECTIVAS

Ao "extinguir" a P.I.D.E. por decreto, no dia 19 de Novembro, Marcelo Caetano ofereceu ao povo português a prova de que está disposto a prosseguir na sua política de demagogia "liberalizante". O sucessor de Salazar, como é óbvio, apenas "extinguiu" a sigla. A P.I.D.E. continua intacta. Mudou de nome. Os assassinos de Silva Pais e Sacchetti acobertam-se agora sob a fachada da **Direção Geral de Segurança**.

Há, no entanto, um certo desespero no gesto de Caetano. O desespero nascido da certeza de que esgotou já todos os meios tradicionais para mistificar o povo. A campanha "eleitoral" forçou o regime a desmascarar-se tão completamente que o "liberalizador" lança agora mão de recursos extremos na esperança de restaurar a imagem que procurava impor e que os seus próprios actos, em Setembro e Outubro, despedaçaram.

A "extinção" da P.I.D.E. insere-se, assim, na conjuntura como uma simples manobra táctica. Mas o fato de não alterar em nada o quadro da repressão não diminui o significado do gesto de Caetano. Estamos perante uma derrota do regime e uma consequente vitória popular. A simples mudança de nome prova que o fascismo se sentiu na necessidade de recuar, reconhecendo implicitamente a procedência das acusações formuladas contra o bando da assassinos da R. Antonio Maria Cardoso.

Cabe agora ao povo responder à manobra defensiva do adversário com uma ofensiva bem articulada e ininterrupta.

O regime saiu enfraquecido da prova "eleitoral". Nas condições em que as forças democráticas se bateram, os 170.000 votos oficialmente atribuídos à Oposição surpreenderam os Caetano, Nogueira, Rapazotes e Companhia. Num corpo eleitoral minúsculo e cuidadosamente expurgado (menos de 19% da população do País), a maioria dos nomes constantes dos cadernos era de elementos (principalmente funcionários públicos e corporativos) sobre os quais o regime dispunha de meios de intimidação eficazes. E contudo, os mecanismos do medo foram quebrados durante a campanha, e à boca das urnas muita gente votou contra. A percentagem real, aliás, nunca será conhecida, dada a profundidade e extensão das fraudes cometidas.

A maior derrota de Caetano foi, porém, a abstenção. Se aos votos da Oposição somarmos os

nulos e os daqueles que não compareceram, chega-se à conclusão de que os 130 deputados caetanistas foram sufragados por uma minoria do corpo eleitoral. Em Lisboa e Porto, a percentagem dos votos obtidos pela UN não atinge sequer 40% do número de inscritos.

O regime não encontra explicação para essa humilhante derrota. E por uma razão simples: não pode revelar o seu verdadeiro motivo: a repulsa do povo pela ditadura.

Caetano não pode sequer alegar que a abstenção foi o resultado de uma pronunciada indiferença das massas. O andamento da campanha provou o contrário. Importa distinguir entre os elementos que preconizaram o alheamento do processo "eleitoral" e os que participaram entusiasticamente da campanha para se absterem apenas à boca das urnas. Os primeiros representam uma minoria inexpressiva. As palavras de ordem da Acção Democrato-Social não tiveram a menor aceitação, como o provam a profundidade do debate travado nas colunas da imprensa e a comparação maciça aos comícios das Comissões Democráticas Eleitorais. A oposição unitária, estruturada pelo Movimento Democrático Eleitoral, optou deliberadamente pela participação no processo e pela ida dos candidatos as urnas. Fê-lo sem ilusões, sem a esperança vã de que ia conquistar lugares na *ménagerie* de São Bento. Essa participação foi encarada pelos dirigentes das C.D.E. como um meio de luta, de mobilização de massas, como forma de colocação dos problemas fundamentais do povo português, de denuncia da guerra colonial e da repressão, como uma oportunidade de ligar a campanha à luta por reivindicações concretas. Era preciso ir até o fim por duas razões: 1) para aproveitar integralmente as possibilidades — embora limitadíssimas — de diálogo com a Nação; 2) para desmascarar o adversário e deixar claro que as regras do jogo estavam viciadas. Era preciso retirar a Caetano o argumento a que Salazar tantas vezes recorreu quando a Oposição renunciou no último momento. Os candidatos democráticos apresentaram-se ao sufrágio popular desmascarando o fascismo e sepultando as ilusões legalistas. Interna e externamente ficou provado insofismavelmente que "o jogo da democracia" de Caetano é, na realidade, "o jogo do fascismo e que tudo fôra meticulosamente planejado para a vitória

monolítica dos 130 deputados da U.N.. E a prova foi feita. Em Portugal não houve "eleição" alguma: apenas a ratificação de "nomeações" previamente decididas pela cúpula do regime.

É extremamente positivo que a corajosa e difícil decisão de ir até às urnas tenha sido tomada, democraticamente, pelas bases do Movimento Democrático Eleitoral em assembleias onde todas as opções possíveis foram exaustivamente debatidas.

Acompanhar os candidatos até o fim não implicava, porém, o compromisso de depositar o voto nas urnas. Esse pormenor fundamental ficou, igualmente, bem claro. E é nesse sentido, também, que a abstenção verificada assume o significado de uma derrota do fascismo e de uma vitória popular. Dois dias antes das "eleições", num discurso melodramático, Caetano exigiu o voto de todos os eleitores, denunciando como crime de "traição à Pátria" a abstenção. O sucessor de Salazar sentia-se seguro, confiava no rigoroso expurgo dos cadernos eleitorais. Os resultados constituíram para ele uma humilhante derrota. A esperada comparação maciça transformou-se na maior abstenção registada em 43 anos de fascismo. O povo apoiou até o último momento os candidatos da democracia. Mas, certo de que a fraude estava montada e de que importava oferecer ao Mundo uma demonstração clara da sua repulsa pelas "eleições" de Caetano, absteve-se em grande parte a 26 de Outubro. Vinte ou trinta por cento de votos dados à Oposição não alterariam o quadro: a Assembleia seria integralmente fascista. Mas teriam fornecido ao regime uma arma para sustentar uma aparente normalidade e a legitimidade das "eleições".

A abstenção final desmascarou Caetano. Foi o complemento natural e necessário da campanha pelas forças democráticas e populares. Ficou provado que não há solução legal pacífica para o problema português. A dissolução das Comissões Eleitorais e as ameaças feitas pelo governo de que toda a actividade da Oposição será doravante punida é uma confirmação do óbvio. Cabe agora as forças oposicionistas tirar a conclusão implícita na impossibilidade da solução pacífica. Grandes vitórias estão ao alcance do povo português se os seus setores mais combativos souberem manter e ampliar o espírito de luta de que deram mostras nos últimos meses. **PORTUGAL DEMOCRÁTICO**

## Vitórias Populares

Não se deixando iludir pela demagogia "liberalizante" do sr. Marcelo Caetano, nem pelas teses conciliadoras e atentistas de alguns sectores da Oposição, a classe operária continua o combate pelas suas reivindicações económicas e sociais. Antes, durante e após a campanha "eleitoral" os trabalhadores portugueses, ao mesmo tempo que davam apoio político aos candidatos populares constituindo, juntamente com os estudantes, o principal sustentáculo do movimento democrático — articulavam e desenvolviam as suas lutas por aumentos de salários e outras regalias.

Compreendendo, melhor do que muitos líderes, que o governo de Marcelo Caetano, apesar da mudança de métodos, continua a ser, como o de Salazar, o governo dos monopólios nacionais e estrangeiros e do latifúndio, os trabalhadores portugueses sabem que somente pela luta podem alcançar melhores condições de vida. Sabem ainda que a conquista da democracia tem de passar pela derrubada do regime fascista, vale dizer, pela destruição do aparelho de Estado, que serve, exclusivamente, os monopolistas e latifundiários em nome dos quais Marcelo Caetano exerce o poder.

Esta lucidez dos trabalhadores portugueses é evidenciada pelas numerosas lutas desenvolvidas nestes últimos meses. A seguir sintetizamos — a falta de espaço não nos permite dar relatos detalhados — algumas greves, paralizações e outras manifestações dos trabalhadores, nas empresas e nos sindicatos, em defesa dos seus interesses.

### GREVES VITORIOSAS

**Ferrovários** — As greves intermitentes que tiveram lugar no dia 20 de Outubro, ligeiramente referidas em nossa última edição, tiveram uma extensão e profundidade que haviam de conduzir a

uma grande vitória da classe. Com efeito, das 15 às 16 horas daquele dia, o pessoal das oficinas do Barreiro, do Entroncamento, de Santa Apolónia, Campolide, Cruz de Pedra e da Figueira da Foz, num total superior a 6.000 operários, pararam as máquinas e lar-

garam as ferramentas cruzaram os braços. Nas estações e linhas, a greve foi total na Rossio (Lisboa), em todas as secções (escritórios, movimento, cargas e descargas, despachos, bijheteria, etc.); na linha de Sintra todas as estações aderiram ao movimento, registrando-se igualmente greve total em Santa Apolónia, onde a PIDE, ao lado da chefe da estação e de pistola em punho, obrigou a dar partida a dois trens de longo curso e de outros dois até a Entroncamento. Na linha do Norte a ordem de greve foi obedecida nas estações de Vila Franca, Entrocamento, Ródão, Castelo Branco. No sul paralizaram as estações do Barreiro, Palmela e outras verificando adesões parciais ao movimento nas estações de Alhos Vedros Casa Branca, Beja e outras. Foi no Rossio (no centro de Lisboa) onde a greve atingiu maior expressão de massas com a concentração nos cais de embarque de mais de 2.000 pessoas, ferrovários e passageiros, estes aplaudindo a corajosa decisão dos ferrovários.

(Continua na pág. 6)



Milhares de tarjetas iguais a esta foram distribuídas pela oposição unitária em todo o país, durante o processo eleitoral.

### NESTA EDIÇÃO:

- \* Caetano condenado — pág. 8
- \* Libertemos Veiga de Oliveira — pág. 8
- \* As "eleições" de Caetano na imprensa internacional — pág. 2
- \* Dez prêsoes políticos em liberdade — pág. 6
- \* Católicos contra o fascismo — pág. 7







## Nolas e comentários

### O Desmascaramento

Históricamente, o dia 26 de outubro de 1969 ficará a assinalar uma grave derrota do fascismo. Ao anunciar que os 130 candidatos da União Nacional haviam sido eleitos e que a Oposição obtivera cerca de 13% dos sufrágios emitidos, Marcelo Caetano desmascarou-se interna e externamente perante os setores da opinião pública que ainda alimentavam ilusões a respeito da sua demagogia "liberalizante".

A publicação dos resultados pelo Ministério do Interior foi o corolário de um processo político marcado todo ele por derrotas do governo e do seu chefe. Nada é, nesse sentido, mais esclarecedor do que a leitura dos jornais.

Em Portugal, dois meses antes da "chamada às urnas", Caetano conseguia ainda confundir amplos setores da pequena burguesia com as suas promessas demagógicas. Eram realmente numerosos os democratas que ingenuamente perguntavam se o sucessor de Salazar não estava de facto disposto a mudar as regras do jogo e liberalizar o sistema herdado. O imobilismo do governo, a escalada em África, a ausência de uma amnistia, a manutenção da censura e o aumento da repressão contra operários e estudantes haviam decepcionado já os optimistas da primeira hora. Mas os avanços e recuos de Caetano, as suas viagens de promoção pessoal pelo País inegavelmente bem organizadas — a sua tática de promessas fáceis e vagas confundiam, apesar de tudo, muita gente, dificultando uma perspectiva clara da situação. O autor dessa política, interpretando mal o estado de espírito do povo acabou, porém por sobrestimar os efeitos das suas habilidades de equilibrista. Nas vésperas da campanha, Caetano achava-se persuadido de que a sua popularidade era real, acreditava que parte apreciável do País estava com ele.

Os factos não tardaram a demonstrar-lhe a profundidade do seu equívoco.

### A Força da Unidade

O fascismo estava interessado na concorrência de candidatos inofensivos e colaboracionistas. Cometeu o erro inicial de confundir as cupulas com as bases. Não percebeu que a atitude hesitante de certas personalidades e grupos dispostos à conciliação não traduzia o sentimento popular. Acabou acreditando que a Oposição estava fragmentada em pequenas seitas quando na realidade a existência desses grupos e grupelhos (cupulas que se representavam a si mesmos) era um fenómeno secundário para o povo estava unido contra o fascismo e disposto a lutar pelos seus direitos e aspirações, sustentados nos comícios pelos candidatos das C.D.E. democraticamente indicados pelas bases.

Quando Marcelo Caetano compreendeu que as cisões que havia alimentado não afetavam o panorama geral e que as massas repudiavam o oportunismo e a conciliação, era tarde para sufocar o poderoso movimento

popular sem se desmascarar. A escalada repressiva e liberticida foi consequência do pânico do regime. O prometido "jogo da democracia" foi uma vez mais "o jogo do fascismo".

A demagogia "liberalizante" mostrou a sua verdadeira face. Cada discurso de Caetano, cada prepotência das autoridades, cada violência da Censura, cada ameaça dos generais, cada eco das guerras coloniais, cada direito suprimido depois de garantido, foi um passo a mais no sentido do completo desmascaramento do sucessor de Salazar.

Em meados de outubro o povo já não tinha a menor dúvida de que as "eleições" seriam uma farsa, uma burla com um recenseamento falsificado, com uma imprensa controlada, com uma "fiscalização" de fachada, com proibições de toda a espécie a tolherem os candidatos da democracia — desde o uso de edifícios públicos à ocupação das praças públicas — e facilidades ilimitadas dispensadas aos representantes do fascismo, a principiar pelo desfile dos ministros pela rádio e pela televisão.

O que o governo não teve meios de disfarçar foi o contraste entre o entusiasmo popular pelos comícios da Oposição democrática e o abandono a que foram votados os homens da União Nacional. De começo ao fim da campanha, as salas onde os candidatos democráticos se dirigiram ao povo sempre repletas, enquanto os grotescos "meetings" dos partidários do fascismo se realizaram em salas frias e quase vazias. A imprensa, apesar de todas as limitações, reflectiu essa atmosfera. Até pelas colunas do servil "Diário de Notícias" se pode verificar que a Oposição realizou quatro a cinco vezes mais comícios do que a União Nacional. Isso Caetano não pôde esconder, como não pôde evitar que através das Mesas Redondas do Diário de Lisboa — a que não compareceu um só fascista — a Nação pudesse avaliar a profundidade do abismo que separava os seus representantes autênticos, homens abertos ao debate dos grandes problemas da humanidade contemporânea, dos candidatos caetanistas, simples papagaios de uma ideologia retrógrada, liberticida, anti-popular.

### A Repercussão no Exterior

Os enviados especiais dos grandes órgãos da imprensa internacional que acompanharam as "eleições" viram, ouviram e escreveram... Essa foi outra derrota de Caetano. Em poucas semanas o fascismo perdeu tudo o que havia ganho, nesse terreno, durante um ano. "Portugal Democrático" abordou várias vezes o problema dos efeitos da demagogia "liberalizante" no Exterior. É inegável que não obstante os esforços realizados pelos democratas portugueses — e nessa campanha desmistificadora a emigração desempenhou um papel muito importante — para esclarecer a opinião pública internacional sobre a verdadeira natureza do caetanismo, o sucessor de Salazar obteve durante alguns meses exito apreciável nas suas manobras destina-

das a impor a imagem de um governante reformista, sinceramente empenhado em romper com o passado e "liberalizar" o regime. Essa vitória táctica de Caetano foi aliás muito bem utilizada por ele em dois planos. No Estrangeiro, facilitou-lhe o diálogo com governos e forças políticas que, recusando-se a ver nele um continuador do fascismo, passaram a encará-lo como interlocutor animado de intenções democráticas. Não é de estranhar assim que o tom e o conteúdo da maior parte dos artigos e reportagens sobre Portugal, na imprensa internacional, tenha perdido o carácter de denuncia e condenação do sistema, que apresentava nos tempos de Salazar.

Por outro lado, essa tranquilidade na frente exterior e, em muitos casos, a expectativa benévola de jornais tradicionalmente anti-salazaristas transformaram-se em armas de Caetano na luta interna. O menor elogio, a mais leve referência ao "novo estilo", aos propósitos "liberalizantes" eram transcritos com relêvo nos jornais portugueses. O objectivo era evidente. Pretendia-se dar ao povo português a impressão de que era absurdo descrever de um homem — e combatê-lo — em quem o mundo via um "liberal".

A campanha "eleitoral" pôs termo a esse período de dúvidas e esperanças da imprensa internacional. Os artigos que transcrevemos noutra lugar desta edição esclarecem muita coisa. No mês de outubro centenas de milhões de homens em todo o mundo ficaram sabendo que as "eleições" de Caetano foram uma farsa e que o salazarismo sem Salazar é uma realidade em Portugal. Foi preciso um ano para que a opinião pública internacional se desse conta daquilo que os democratas portugueses vinham afirmando desde a posse de Caetano.

### Os Perigos do Oportunismo

Como os leitores verificarão o espírito dos editoriais e comentários da imprensa estrangeira varia muito, reflectindo um conhecimento mais ou menos profundo do problema português. Se todos são unânimes em denunciar a sobrevivência do fascismo, nem por isso existe concordância no tocante à interpretação dos factos observados e as perspectivas que se abrem ao povo português.

O comentário de revista "L'Express" afigura-se-nos particularmente elucidativo relativamente a um dos perigos maiores da situação post-"eleitoral": o renascimento das ilusões legalistas. O redactor, depois de fazer o elogio do dr. Mario Soares, salienta apenas uma declaração do líder da social-democracia portuguesa: "Alguma coisa mudou aqui, mas foi tão pouco que, ao menor passo em falso, a mais leve pressão dos ultras pode acabar com tudo". No desabafo há dois aspectos que merecem ser analisados. Um deles é o que leva a estabelecer uma diferença entre Caetano e os ultras. Nunca negamos que haja contradições internas no sistema. Mas nunca tivemos também a menor ilusão de que, quando acossado, o inimigo se apresenta unido contra as forças populares. A marcha da campanha "eleitoral" demonstrou-o uma vez mais. É significativo que Franco Nogueira, figura de prôa dos ultras, esteja indigitado para presidente da Assembleia caetanista e te-

nha já sido nomeado para administrar o Caminho de Ferro de Benguela. É simplesmente lamentável que elementos responsáveis da oposição tenham em plena campanha, ajudado a manter vivo o papão dos ultras, incentivando desse modo a desmobilização das massas, justamente quando mais do que nunca importa prepará-las para o combate frontal com o fascismo. A ideia de que devemos todos ter muito cuidado e não desafiar o sr Marcelo Caetano porque "ao menor passo em falso" os ultras podem "acabar com tudo" foi tão largamente difundida pelos conciliadores que a imprensa internacional dela se fez eco. O caso da revista "L'Express" não é isolado. O "New York Times", num editorial de 20 de outubro, que não publicamos por falta de espaço, insistiu na mesma tecla. Tratar-se-ia em última análise, para as forças democráticas de atuar disciplinadamente, isto é de se manterem na expectativa, a fim de não alarmar os militares. Daí a tese de que a única forma de oposição possível é a de acompanhar os "liberais" da U.N. vai um passo. Segundo o sr Balsemão, "deputado" da União Nacional, "o unico meio de se fazer alguma coisa é agir no interior do sistema". A tese é aliás defendida pela Revista britânica "The Economist" cujas ligações com os grandes monopólios internacionais são conhecidas. Como não foi possível introduzir opositoristas conciliadores na Assembleia, sugere-se agora que os fascistas "descontentes" os substituam na tática do cavalo de Tróia...

O outro aspecto negativo da posição do dr. Mario Soares expressa nas suas palavras publicadas em "L'Express" é a interpretação errada das mudanças verificadas. O temor do papão dos "ultras" e a advertência de que "tudo pode acabar" leva a crer que as modificações operadas na conjuntura portuguesa resultaram de concessões do regime que este poderá anular a seu bel prazer. Ora isso é inteiramente errado. A presença da Oposição nas "eleições" não foi uma dádiva do fascismo: surgiu como uma conquista do povo português. Caetano e sua camarilha não cederam coisa alguma voluntariamente. Tudo, absolutamente tudo, lhes foi arrancado pelas democráticas. Não é por generosidade do regime que as referências à guerra colonial e ao direito à autodeterminação dos povos das colónias entraram no quotidiano português. Não é por espírito de clemência que Caetano vem restituindo à liberdade alguns presos políticos. O clamor do povo português pela liberdade, a sua repulsa pelas guerras criminosas, a sua mobilização em defesa de reivindicações legítimas, a sua exigência de uma anistia geral forçam o caetanismo a recuos e derrotas que só os conciliadores podem interpretar como dádivas. Importa proclamá-lo claramente num momento em que a resposta às "opções fundamentais" enunciadas por Caetano coloca o povo português ante uma alternativa cujos termos são: "capitulação ou ação". A campanha mostrou que a escolha já foi feita.

### A Libertação de Palma Inácio

A libertação de Palma Inácio pela Justiça espanhola, anunciada há poucos dias pela imprensa mundial, já era uma possibilidade admitida. Como é

natural, só a confirmação oficial desse gesto das autoridades franquistas, em outros tempos inconcebível, tranquilizou todos aqueles, como nós, que se preocupavam pela sorte de Palma Inácio. Mas, o fato de isso ser uma possibilidade admitida, é politicamente significativo, porque corresponde a uma concepção sobre certos aspectos da problemática política da Península Ibérica que também fica demonstrada pelos fatos. Referimo-nos a dois aspectos essenciais: o primeiro relacionado com o enfraquecimento político dos regimes criados por Franco e Salazar. Este triunfo do movimento democrático e da opinião pública mundial sobre os dois regimes mostra quanto eles estão debilitados. Nem a ditadura portuguesa revela possuir força de pressão suficiente para motivar a sua velha irmã para uma solidariedade "fraterna", quando existem outros interesses a atender, nem a ditadura espanhola se mostra capaz de, ou disposta a, afrontar a consciência democrática do seu povo e dos outros povos, ou a assumir posições incômodas do ponto de vista dos seus interesses europeus, para atender a velhos e corroidos laços de uma passada "juventude" fascista. Este debilitamento político não é muito recente. O episódio da morte do General Delgado e o comportamento das autoridades espanholas, em face dessa emergência, já o haviam demonstrado à evidência.

O segundo aspecto, mais importante que o primeiro, relaciona-se com uma suposta dependência entre os problemas políticos de Portugal e Espanha, até ao ponto de não haver viabilidade de solução em separado para o nosso caso. A tese que sempre defendemos, de que a solução do problema político português não passava necessariamente pela derrubada da ditadura de Franco, ganha agora mais força, mas não tem como pressuposto o estado de debilidade política atual dos dois regimes. Antes, já a correlação de forças no quadro mundial e, em parte, as disposições políticas de alguns governos ocidentais justificavam essa tese. Talvez possamos até dizer que já os próprios interesses do governo espanhol em relação ao quadro político-económico europeu iam no sentido de confirmar essa tese. Anesar disso, o mito da dependência total existiu e criou obstáculos à luta pela libertação dos dois povos. Muitos democratas e homens progressistas acreditaram nessa espécie de fatalidade e regeram a sua conduta política pela crença nela, com prejuízo para os seus próprios ideais.

Foi essa crença que fez com que a solidariedade ativa à luta do povo português nem sempre fosse bem compreendida, ou nem sequer levada à prática, por parte de muitos democratas, inclusive espanhóis, e dos governos de alguns países. Recordar isto não é uma recriminação, porque reconhecemos que essa visão do problema não foi estranha a setores democráticos portugueses. Apenas nos parece útil fazê-lo num momento em que a nitidez da situação torna inadmissível a persistência de quaisquer vestígios de uma concepção errada que possam ainda constituir qualquer obstáculo, por menor que seja, ao desenvolvimento de uma estratégia de luta plenamente eficaz. (Continua na pág. 6)



# Como o Mundo viu as "Eleições"

(Continuação da pág. 2)

como a "política do ótimo", ou do impossível, por democratas tradicionais como Mario Soares, Duarte Vidal e Etelvina Lopes de Almeida, que se reúnem na "Comissão Eleitoral de Unidade Democrática" à sombra de Humberto Delgado e Jaime Cortezão. Pregam a "política do possível" sem, no entanto, defini-la claramente. Condenam o abandono como "um absurdo que repudiamos", admitindo apenas que "pode ser outra a finalidade e a forma de desenvolvimento da autonomia progressiva" prometida pelo regime.

Nesse terreno o primeiro-ministro Marcelo Caetano obtém trunfos internos. Resta saber se Portugal terá condições de continuar suportando a carga de uma guerra de oito anos que exige a mobilização permanente de cerca de 150 mil homens. Em 1968, os gastos em defesa e "despesas militares extraordinárias no ultramar" somaram 14 bilhões e 100 milhões de escudos, segundo cifras reveladas pelo próprio ministro das Finanças, João Dias Rosas. São 28 escudos por dólar. Numa entrevista recente o ex-ministro do Exterior Franco Nogueira, candidato a deputado pela "União Nacional", considerou inexpressivo o fato de Portugal gastar com a defesa cinco por cento do produto nacional. No Brasil, isto equivaleria a um bilhão de dólares por ano.

Por outro lado, o déficit do balanço de pagamento já alcança oito bilhões de escudos. De 1967 para 1968 as receitas com turismo caíram de cinco bilhões e oitocentos milhões para três bilhões e 800 milhões. Oficialmente a inflação subiu a quatro por cento, embora estimativas extra-oficiais falem em mais. Em Lisboa os aluguéis aumentaram de 16 por cento e a efervescência no "cinturão operário" da capital aumenta a cada dia. O "caetanismo" começa a enfrentar, portanto, situações que o "salazarismo" desconhecia. Não se trata somente de uma herança equivalente a uma bomba de efeito retardado. É que o mundo muda.

Embora não suportem a expressão "abandono", os portugueses vão compreendendo aos poucos a falta de condições do país para sustentar indefinidamente guerras coloniais na África. A campanha eleitoral contribui para fortalecer essa convicção por forçar a revelação de fatos que a propaganda oficial esconde. Mas a oposição falha no momento de apresentar alternativas válidas. Desde que a perspectiva é de gradativa consolidação do "caetanismo", ao qual as eleições servirão como um instrumento de legitimação, quais as alternativas de Portugal nesse terreno? O regime procura jogar, em primeiro lugar, com um fenômeno falido: a guerra fria e sua indústria do anticomunismo, hoje de baixíssima rentabilidade. O próximo passo seria tentar atuar como intermediário de potências em condições de desenvolver uma política neocolonialista em Angola, Moçambique e Guiné. Em última análise, o colonialismo português está condenado, embora a "oposição democrática" se recuse a dizê-lo claramente.

(Newton Carlos, in "Correio da Manhã", 19-10-69).

## Do Salazarismo ao Caetanismo

(...) "A União Nacional continuará, portanto, absoluta na Assembleia Nacional. Desde novem-

bro de 1968 que ela é dirigida por um "caetanista", o advogado Mello e Castro, que providenciou para que as listas de candidatos sofressem o impacto de pelo menos 75 por cento de renovação. Três quartos dos novos deputados pertencerão ao "caetanismo", que assalta com êxito antecipadamente garantido mais um antigo reducto do "salazarismo". Como acentuou Mello e Castro em sua entrevista exclusiva a este enviado, esses deputados participarão do colégio que em 1972 elegerá o sucessor do presidente Américo Tomás. Depois de ter dado uma feição própria ao governo, Marcelo Caetano conquista, gradativamente, os instrumentos políticos do "salazarismo" (União Nacional, Assembleia Nacional etc.) numa tentativa de recompor o esquema que manteve Salazar no poder durante quarenta anos: a força com o primeiro-ministro e o formalismo com o presidente da República.

Mas, o que será o "caetanismo"? O dirigente da União Nacional, um dos expoentes do fenômeno, fala vagamente em "aberturas às mais modernas correntes do pensamento político, social e econômico". Em Portugal existe a impressão de que Marcelo Caetano fará amplas reformas logo depois das eleições. Tentaria definir, sobretudo, o que ele entende por "maior autonomia" às colônias na África. A impressão é a de que adotará esquemas flexíveis de descentralização no âmbito executivo. Politicamente, no entanto, a perspectiva parece ser de volta à repressão depois de completada a manobra de conquista do controle da Assembleia Nacional, ainda em mãos de uma maioria "salazarista". O "caetanismo" talvez represente uma atualização no tempo e no espaço de um regime que sobrevivia encarcerado na mente de um homem solitário e que jamais soube como é o resto do mundo. Atualização sem alteração de essência.

(Newton Carlos, in "Correio da Manhã", 17-10-69).

## A Luta da Oposição

(...) "O manifesto de São Pedro de Muel representou a primeira reação concreta das forças anti-regime à promessa do primeiro-ministro Marcelo Caetano de que as eleições seriam livres. Viam-se nela dois aspectos positivos: 1. Divergências eventuais pareciam arquivadas em função do desejo de fortalecer os golpes no adversário comum; 2. A ausência de romantismo. Em Portugal a oposição decidiu competir com as dificuldades que está tendo e sem ignorar que "as próximas eleições traduzem para o governo Marcelo Caetano uma importante tentativa de legitimação do regime perante a opinião pública interna e internacional". A decisão resultou principalmente da convicção de que era útil aproveitar a oportunidade para sacudir um pouco uma opinião pública totalmente entorpecida. Não se trata de buscar alguns assentos na Assembleia Nacional, mas de iniciar uma arregimentação popular para lances futuros.

A opção estará dando frutos? Só no distrito de Lisboa, o mais importante de Portugal, a "Oposição Democrática" já conseguiu alistar oito mil pessoas. Espera ultrapassar os 10 mil até o fim da campanha. Alguns jornais, como o "Diário de Lisboa", pude-

ram acentuar a sua linha de independência, o que constitui um embrião de imprensa livre pronto para saltar da casca logo que a censura prévia, ainda hoje em vigor, se torne um anacronismo insuportável. O "Diário de Lisboa" promove e publica debates sobre os grandes problemas nacionais com a ativa participação de professores, economistas, sociólogos e políticos militantes. A "União Nacional" é a única que se recusa a comparecer. Na Universidade de Coimbra, onde um cunhado de Caetano é candidato oposicionista, a efervescência cresceu. Vi pessoalmente centenas de pessoas forçando a porta do teatro Vasco Santana, completamente lotado, para assistir a uma reunião ("Sessão de esclarecimento público" no jargão oficial) da "Comissão Democrática Eleitoral". A presença de jovens, inclusive alguns barbudos, raros em Portugal, dava um toque especial. Desde que fossem permitidos comícios ao ar livre a oposição certamente conseguiria realizar grandes manifestações populares.

O próprio esforço final do governo, que repentinamente inundou Lisboa com cartazes de propaganda eleitoral, cuja colocação custa meio dólar pago à empresa com o monopólio do negócio de propaganda eleitoral, é prova do êxito da opção. A movimentação do primeiro-ministro Marcelo Caetano, do governador civil de Lisboa e dos líderes da "União Nacional" se acelera a cada dia. Os mecanismos de pressão vão sendo apertados. Ouvi, na sede do partido do regime, alguém mandar verificar informações sobre "simpatias oposicionistas" de um determinado funcionário de categoria. Em sua reunião de 14 de outubro o Conselho de Ministros adotou uma série de resoluções de evidente caráter eleitoral. O pessoal das autarquias locais (a maior parte do eleitorado foi inscrita compulsoriamente por exercer funções públicas) passou a ter os benefícios dados aos servidores do Estado. Suspendeu-se a cobrança do imposto do pescado. Milicianos com serviço nas colônias e sargentos condecorados por feitos em campanha terão, de agora em diante, o direito de acesso até a tenente-coronel num quadro especial de oficiais do Exército.

Seria um erro, portanto, adotar a "abstenção ativa" pregada por velhos republicanos. Algo resulta da ação da "Oposição Democrática". O único dado negativo é a sua divisão em duas listas ("Comissão Eleitoral de Unidade Democrática" e "Comissão Democrática Eleitoral") em três dos mais importantes dos 18 distritos de Portugal: Lisboa, Pôrto e Braga. Influenciado pelos social-democratas europeus, que conquistaram mais trunfos na Alemanha Ocidental, Mário Soares, velho combatente anti-salazarista, criou a "Comissão Eleitoral de Unidade Democrática" com o "slogan" de que o importante no momento é fazer a "política do possível" e não do "ótimo". Concorda com as formulações avançadas e marcadamente de esquerda da "Comissão Democrática Eleitoral", chamando atenção para os riscos que isso impõe à tentativa de mobilização de uma opinião pública saturada de "slogans" anticomunistas. Tais riscos crescem no terreno nevrálgico da questão colonial, onde se situam as contradições mais sérias da "Oposição Democrática". Mas apesar de tudo o manifesto de São Pedro

de Muel deu seus frutos: há candidatos oposicionistas falando livremente aos portugueses. Por enquanto em recintos fechados, o que não deixa de ser um começo.

(in "Folha de São Paulo", 18-10-69).

## Uma Farsa

"Apesar da alegada boa vontade do sr. Marcelo Caetano, as eleições de ontem não passaram de uma farsa, como farsa foram todas as eleições realizadas durante o reinado de Salazar. Quarenta e três anos de ditadura não se passam impunemente e, hoje, Portugal tem tantas condições para viver sob um regime democrático quantas nos dias de caos político que precederam a instauração da ditadura.

Mas não é só no campo político que se demonstrou, mais uma vez, o malôgro do regime ditatorial.

Também no que diz respeito ao desenvolvimento do país, a ditadura demonstrou a sua total ineficiência.

Quarenta e três anos de salazarismo deixaram o país com as finanças em ordem mas com uma economia estagnada que obriga milhões de portugueses a irem procurar no estrangeiro as perspectivas de prosperidade e de progresso que o país não lhes pode oferecer.

A lição está aí para quem quiser aprender. É mais uma entre centenas de outras oferecidas pelo mundo contemporâneo, a demonstrar que não há alternativa para a democracia, com todas as suas falhas e defeitos próprios de quaisquer instituições humanas.

Como dizia Winston Churchill, a democracia é o pior regime político, com a exceção de todos os outros".

(in "Jornal da Tarde", São Paulo, 28-10-69).

## 43 Anos de ditadura

"O resultado das eleições parlamentares celebradas domingo último em Portugal já nos encontrou perfeitamente prevenidos. Embora não nos distingua a mínima capacidade de oracular, sabemos já, de ciência certa, se não quantos votos seriam exatamente depositados nas urnas de todos os distritos eleitorais portugueses, ao menos quem as urnas consagrariam com as palmas do triunfo. O que tem de ser tem muita força, diz um velho provérbio de nossos antepassados de Além-Mar. E assim foi, efetivamente. Cerca de 45 por cento de um eleitorado para o qual contribuíram apenas 20 por cento (1.800 mil pessoas) da população total do país (9.500 mil habitantes) lá se abalancaram a cumprir o que desde a Convenção de Filadélfia se considerava o supremo ato de cidadania democrática: votar, escolher. É forçoso reconhecer que é pouco, muito pouco, como representação da vontade nacional. Os escassos 700.000 escrutínios atribuídos ao governo do sr. Marcelo Caetano representarão, com forte dose de probabilidade, o ponto de vista daqueles cuja fonte de renda deriva dos cofres públicos ou das simpatias do regime. Quanto aos 100.000 e poucos votos contados a favor da oposição, é difícil saber exatamente o que representam. Mas,

de qualquer maneira, a farsa eleitoral findou como tinha de findar. O governo registrou nos seus anais outra "vitória". Mas, poder-se-á dizer o mesmo do regime?

A resposta está no próprio cômputo dos escrutínios. Como é público e notório, não há no país irmão liberdade de imprensa, nem de reunião, nem de associação política ou profissional, há 43 anos. Quer dizer que os partidos políticos estão proibidos, com exclusão de um só, a União Nacional. Por outro lado, o recenseamento de eleitores sofre restrições de tal ordem que, na prática, somente os cidadãos confessadamente simpáticos ao regime gozam do privilégio da inscrição como votantes. Os demais só conseguem conquistá-lo se forem dotados de invulgar coragem, à qual devem ainda estar associadas a independência econômica e uma paciência de Jó. Pois bem, ao fim de quatro decênios de domínio absoluto da máquina estatal, com todo o poder de convicção que ela é capaz de exercer, como a história de todos os países nos ensina, mobilizando a seu favor promessas e castigos, sinecuras e exílios, benesses e medidas de segurança, podendo arregimentar e riscar a bel-prazer dos governadores civis os eleitores e os candidatos, não obstante esse formidável "handicap", enfim, o neo-salazarismo não logrou somar, em apoio da sua política, senão setecentos e tantos mil votos, ou seja, uns 45 por cento do eleitorado — em outros termos, menos de 15 por cento da população de Portugal. Sem o saber, o governo de Lisboa averbou em público e pleno o atestado da sua verdadeira natureza, conservando, assim, nas suas mãos, a herança e a solução dos problemas que o tempo veio acumulando sobre a sofrida nação dos heróis do mar.

(...) "Em nome do progresso e da ordem da nação portuguesa é que o Exército decidiu acabar com a democracia representativa, instaurando em seu lugar uma ditadura à qual foi confiada a tarefa nacional de erguer o Estado Novo. Pois bem, que dizer de Portugal, da sua riqueza, do seu desenvolvimento, da sua segurança, neste último trimestre de 1969, depois desse quase ofício de trevas que foi o ato eleitoral de domingo, irrisório pela encenação, mas profundamente melancólico pelas consequências que nos deixa entrever?"

(in "O Estado de S. Paulo", 28-10-69).

## Uma Campanha Desigual

"A campanha das eleições parlamentares portuguesas teve um estílo próprio. O primeiro-ministro Marcello Caetano não era candidato, mas foi a única figura que teve contato com a população debatendo problemas pela televisão e projetando sua imagem por todo o país em cartazes e panfletos.

Caetano — cujos discursos na campanha eleitoral tinham sido relativamente tolerantes — adotou uma linha bem mais dura, quanto à oposição, nos três últimos pronunciamentos públicos com que encerrou sua campanha.

(...) A campanha eleitoral do Partido União Nacional — situacionista — assemelhou-se a uma série de tranquilas reuniões fa-

(Continua na pág. seguinte)



## O FANTASMA DOS ULTRAS...

(Cont. da pág. anterior)

miliares, enquanto a oposição parecia realizar exaltados conselhos de guerra. Mas os dois sistemas, em vista das rígidas normas do jôgo, só podiam provocar um impacto limitado sobre o povo.

Poucas eram as pessoas profundamente interessadas, compondo-se a maioria de eleitores indiferentes. O principal motivo de desinteresse é a perda de confiança nas eleições, resultante dos 40 anos de ditadura de Salazar. Apenas uma pequena minoria, altamente politizada, acredita na utilidade das eleições sob o governo do sucessor de Salazar, Marcello Caetano, que advoga a evolução, mantendo, porém, a estrutura autoritária do regime.

(...) As medidas oficiais de controle eram de tal forma rígidas, que seria difícil para um observador, que não lê o noticiário da imprensa, compreender que o país se encontrava em meio a uma campanha nacional.

Os partidos políticos foram banidos, e a União Nacional é o único autorizado a manter uma organização de âmbito geral. Os grupos da oposição foram autorizados a formar comissões eleitorais, cuja existência termina com a própria campanha.

As convenções políticas foram proibidas e os candidatos tiveram que ser escolhidos sigilosamente. Toda a campanha externa foi proibida, e os edifícios públicos não podiam ser utilizados pela oposição, embora o Partido de União Nacional tenha desrespeitado essa norma repetidas vezes. O rádio e a televisão estatais também estiveram fora do alcance dos candidatos para a campanha eleitoral.

As reuniões em edifícios particulares deveriam ser autorizadas com 48 horas de antecedência da data de realização. Os policiais e funcionários da administração tinham poder discricionário para acabar com qualquer reunião considerada de incitamento à subversão, indisciplina, resistência, que envolvesse insultos à autoridade e outras infrações. Todo o material impresso utilizado na campanha devia receber aprovação oficial e trazer o nome do editor e impressor.

(...) De acordo com a oposição, a principal desvantagem para a sua campanha foram os atos de intimidação e repressão por parte dos grupos de direita e da polícia. Outro importante grupo da oposição, constituído pela "Comissão Eleitoral Democrática", convocou uma entrevista coletiva para acusar a polícia e a Legião Portuguesa (organização paramilitar) da prática de atos de violência contra os candidatos e de apreensão de material eleitoral.

(in "The New York Times",  
26/10/69)

Não  
Permitiremos

"Diga na rua o que diz em casa" Desenhado com mão hesitante, o slogan exibe-se não num muro exterior, mas, mais discretamente, na própria sede de um grupo da Oposição, em Lisboa, numa sala onde caberiam dificilmente umas trinta pessoas.

Após 43 anos de regime salazarista, a aprendizagem da vida política passa por estas manifestações de timidez. Os partidos continuam proibidos e a imprensa submetida a uma rigorosa censura. No entanto, encorajada pelos "sorrisos e abraços" do sr Marcello Caetano, a oposição quis tentar a sorte apresentando candidatos as eleições legislativas do

domingo 26 de outubro em todas as circunscrições do país, excepto uma. Isso na esperança de obter, talvez, algumas das 130 cadeiras da Assembleia Nacional.

(...) Até o ano passado, o sistema de governo de Salazar transformara a política numa actividade oculta, reservada a alguns iniciados que assumiam, isolados, a responsabilidade pelo destino nacional. Hoje, despolitizados, desanimados, os portugueses perguntam a si mesmos se o convite ao debate não é uma cilada.

"Esta despolitização não é a culpa de um homem só todos somos responsáveis por ela", admite o sr Jose Guilherme de Melo e Castro, presidente da União Nacional, o partido unico. O mais grave é que menos de 20% dos portugueses com direito a voto estão recenseados. No Porto, em 500.000 habitantes, só votarão 43.000. A percentagem é a mesma nas cidades.

Um dos raros candidatos da oposição conhecido em todo o país, o advogado Mario Soares, de 45 anos, onze vezes preso pelas suas convicções socialistas pensa, no entanto, que, pela primeira vez, os seus amigos poderão talvez conquistar algumas cadeiras. "Alguma coisa mudou aqui disse-nos mas foi tão pouco que ao menor passo em falso, a mais leve pressão dos ultras pode acabar com tudo".

Como exemplo, cita os obstáculos de toda a ordem que enfrenta, a principiar por uma censura que, impiedosamente, "mutila" todos os documentos não ortodoxos antes da sua publicação na imprensa. Tais documentos são divulgados com um, dois e três dias de atraso, truncados e cortados numa proporção que atinge muitas vezes 40%.

(...) Outros indícios se manifestam no campo governamental onde por vezes a ortodoxia das ideias se dilui. Advogado, director do "Diário Popular", o sr Francisco Balsemão, de 32 anos, é candidato pela União Nacional no distrito da Guarda uma das regiões mais pobres do país, a que cabe uma das mais elevadas percentagens de trabalhadores que emigram clandestinamente para o estrangeiro. "A revolução é impossível entre nós-diz-nos. O único meio de se fazer alguma coisa e agir no interior do sistema". Partidário da liberdade de imprensa e da criação de partidos políticos, o sr Balsemão é um dos quinze ou vinte candidatos "liberais" da União Nacional que amanhã poderão talvez dialogar com a Oposição. Mas isso com a condição de as Forças Armadas permitirem que o diálogo se trave. No dia 27 de Setembro, aniversário da posse do sr Marcello Caetano na Presidência do Conselho, o general Venancio Deslandes, chefe do Estado maior das Forças Armadas lançou uma advertência ao País. "Não permitiremos, sob qualquer pretexto, o abandono das nossas Províncias do Ultramar", declarou. O sr Marcello Caetano manifestou-se chocado, privadamente, com essa ameaça velada de golpe de Estado.

Os militares temem os efeitos desta estranha campanha eleitoral realizada a portas fechadas, tanto mais que o tema principal abordado pela oposição é o destino das colonias africanas de Portugal. A metropole, que lhes consagra 40% do seu orçamento, tem o sentimento de pagar um preço exorbitante pelo seu estado de sub-desenvolvimento.

"Chegou o momento de despertar os portugueses", disse-nos o sr Francisco Pereira de Moura, de

44 anos, candidato numa das listas da Oposição, em Lisboa. Esse despertar é vigiado pelo Exército com uma desconfiança agressiva."

(Edouard Balby, "L' Express", Paris, 26 de Outubro de 69)

Análise de  
Uma Farsa

"Você encontrará a urna de voto na casa dos ricos, não aqui. O voto não é da nossa conta..." Rostos queimados pelo Sol e pelo nevoeiro, vozes arrastadas pelo vinho tinto, os pescadores de Setubal, 40 quilómetros ao sul de Lisboa, abstiveram-se de participar das eleições legislativas para a renovação das 130 cadeiras da Assembleia Nacional portuguesa.

Os pescadores de Setubal não são os únicos a ter feito má cara ao escrutínio organizado pelo governo do doutor Marcello Caetano. Como nunca estiveram inscritos nos registos eleitorais do regime salazarista, não pensaram que fosse útil reparar esse esquecimento. Muitos deles, sem dúvida, poderiam tê-lo feito desde há alguns meses. As condições fixadas por Salazar para poder votar não foram modificadas pelo governo de Caetano, salvo no que diz respeito ao voto das mulheres.

Profunda falta de interesse ou impossibilidade de participar explicam que a grande maioria do povo português não se tenha identificado com as eleições. Menos de 20% dos 10 milhões de portugueses da metropole estão inscritos. Um milhão de trabalhadores atualmente na França, na Alemanha ou na Italia não foram autorizados a se expressar por correspondência, enquanto que os 150 mil soldados portugueses que se encontram em Angola, Moçambique e Guiné podem votar.

No entanto, as condições incontestavelmente mais normais em que se desenrolaram as eleições explicam os poucos sucessos significativos conseguidos pela oposição nas zonas industriais. Assim, no Barreiro, do outro lado do Tejo, a oposição democratica obteve 60% dos sufrágios expressos. No resto do país, a União Nacional ganhou confortavelmente como previsto.

A visita a diferentes urnas de voto da capital mostrava que a grande maioria dos votantes eram membros da burguesia ou das classes medias: funcionarios, empregados, militares e comerciantes. Poucos operarios nas grandes cidades. No entanto, este eleitorado selecionado e de colarinho branco se absteve( segundo os primeiros resultados, numa proporção que constituiria, se vier a ser confirmada, a verdadeira surpresa do escrutínio.

A abstenção atingiria, e mesmo por vezes ultrapassaria, 50% dos inscritos. É o caso de Belém, um bairro de Lisboa, de Beja, capital do Alentejo dos grandes proprietários rurais e de Castelo Branco, no norte, onde o católico Alcáide Baptista, diretor da revista "O tempo e o modo", se apresentava na lista da oposição. O Algarve, que conhece um desenvolvimento turístico sem precedentes desde há dois anos, também se absteve de modo maciço. A campanha feita desde há um mes em condições difíceis pela oposição democratica terá sem duvida contribuido para reforçar as correntes abstencionistas. Ela perturbou alguns eleitores que ainda não têm a coragem de romper definitivamente com o passado. Este resultado era tenido pelos dirigentes. As primeiras cifras oficiais

## POVO ALENTEJANO

Tens direito a uma vida melhor

VOTA NA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

## ALENTEJANOS!

Os Candidatos da Oposição Democrática, são os Candidatos do Povo, são os teus  
CANDIDATOS

## TRABALHADORES DO ALENTEJO

Sindicatos Livres

Casas do Povo que sejam tuas

Luta por elas Votando na

## Oposição Democrática

Empregados, Funcionários,  
Trabalhadores do Campo, Operários  
Os Candidatos da Oposição Democrática são os teus  
CANDIDATOS

Reproduzimos acima algumas tarjetas distribuidas ao povo alentejano pelos candidatos da C. D. E. de Beja.

divulgadas pelo ministério do Interior na noite de 26 para 27 de outubro omitiam de precisar o numero de votantes em relação aos inscritos.

As eleições se desenrolaram sem grandes incidentes. Os representantes da oposição puderam, como estava previsto, assistir ao escrutínio e participar em seguida à contagem dos votos. "Tudo se passou mais ou menos normalmente", reconheciam os principais dirigentes da oposição. Não levando em conta os multiplos e subtis obstáculos que a oposição teve que enfrentar durante uma campanha eleitoral reduzida a 4 semanas, as eleições de 26 de outubro são, sem duvida, as mais regulares que Portugal conheceu desde há muito tempo.

Enquanto se espera os resultados definitivos e oficiais, que só devem ser conhecidos a 28 ou 29 de outubro, tres observações podem ser feitas.

1) O sucesso da União Nacional é em certos casos notorio.

Os eleitores que efetivamente votaram se pronunciaram de uma maneira massica pelo partido do governo. Este sucesso era esperado e não surpreenderá ninguém. O verdadeiro interesse está noutro lugar. Com toda a probabilidade, o grupo de novos deputados, considerados como "liberais", devem ser cerca de uma vintena. São chefiados por um eminente professor da faculdade de Medicina, o neurologista Miller Guerra, amigo de Mello e Castro, que poderá ser nomeado ministro da Saude ou da Educação Nacional. Frente ao grupo dos "liberais", o dos "ultras", dirigido por Franco Nogueira, antigo ministro dos Negocios Estrangeiros, que também poderá agrupar cerca de 20 deputados. A evolução do regime nos proximos meses dependerá, em primeiro lugar, da relação de forças entre os dois grupos.

2) A oposição democratica apresentava listas separadas em 3 cidades.

Lisboa, Porto e Braga. Os monarchistas liberais apresentavam na capital uma lista independente que conseguiu um fraco sucesso de estima. Mas os primeiros resultados parecem indicar que a CDE (Comissão Eleitoral Democratica), muito mais à esquerda que a CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democratica) do advogado Mario Soares, ultrapassa de longe esta ultima. As autoridades e o próprio Mario Soares acusaram por vezes a CDE de ser controlada pelo Partido Comunista. Na verdade, os verdadeiros dirigentes da CDE, consecuencia natural do movimento de contestação dos estudantes, são socialistas ou catolicos progressistas. E verdade que alguns comunistas figuravam a titulo pessoal nas listas CDE de Lisboa e do Porto. O importante é que a CDE, ao contrario da CEUD, recusa em principio qualquer colaboração com o governo atual e já manifestou sua

intenção de "continuar o combate".

3) O ultramar, cavalo de batalha numero um do governo, pareceu no domingo singularmente ausente e distante.

O primeiro resultado oficial, o de Timor, foi comunicado logo na tarde de 26 de outubro. Porém, o numero exato de eleitores inscritos em Angola e Moçambique ainda não é conhecido. O resultado destas provincias, que votaram em messa na União Nacional, não convencerão aqueles que esperam ver o governo de Caetano favorecer uma evolução verdadeiramente liberal nestes territorios. (in "Le Monde", 29 de Outubro)

Um Papão:  
Os Ultras

... "Não foram de modo algum umas eleições livres, que permitam vaticinar a adopção das fórmulas democraticas em Portugal. Em primeiro lugar, o censo dos eleitores estava viciado, sendo dificultada de várias maneiras a inscrição das pessoas conhecidas como oposicionistas. Além disso, muitos destes, desanimados por anos e anos de fraudes eleitorais, nem se deram ao inçomodo de se inscreverem. O numero de eleitores não lutrapassou 20% da população.

Em segundo lugar, os grupos de oposição estavam em flagrante inferioridade em relação aos candidatos governamentais. Os oposicionistas só conseguiram permissão para se reunirem legalmente poucos dias antes da abertura da campanha, tiveram que improvisar tudo, desde as condições materiais da sua atuação até aos próprios programas politicos; enquanto isso, a União Nacional dispunha de todos os meios financeiros necessários e duma organização perfeita muito antes de começar a campanha. A censura continuou em vigor, mutilando os manifestos dos candidatos oposicionistas. A oposição não pôde usar a televisão e encontrou todas as dificuldades para realizar comícios.

Tudo isto no que se refere à campanha na metropole. No ultramar não se permitiu oposição alguma. Em Moçambique a lista dos candidatos oposicionistas foi declarada ilegal com base em pretextos juridicos insignificantes, ao passo que nas demais provincias ultramarinas a oposição nem tentou realizar comícios.

Apesar de todos estes fatores negativos, a campanha desenvolveu-se num ambiente diferente do que o povo português conheceu durante muitos anos. Um ambiente sereno e de absoluta calma no próprio dia das eleições. O aparato policial não fez alarde da sua força como nas outras campanhas. Os candidatos da oposição decidiram ir até o fim, o que (Continuação da pág. 7)



# Pela amnistia e contra a repressão

## DEZ PRÊSOS ARRANCADOS DAS GARRAS DA P. I. D. E.

O clamor das forças democráticas e das massas populares, apoiado pela solidariedade activa da opinião internacional conseguiram arrancar das prisões fascistas mais de uma dezena de presos políticos: **Júlio Martins, Adelino Pereira da Silva, Colélia Fernandes, José Manuel Rodrigues da Silva, José Labaredas, Milha Jorge, Romão Borges, Cheinho, Victor Silva, Julieta Cabrita e Glória dos Santos**, conquistaram recentemente a liberdade.

Homens e mulheres que há longos anos permaneciam nos cárceres da ditadura como Júlio Martins que contava 13 anos de cativeiro, Adelino Pereira da Silva com mais de 6 anos de prisão e Colélia Fernandes presa pela segunda vez em 1962 e com a pena terminada há 2 anos, — viram finalmente, abrir-se as portas das cadeias e voltar ao convívio dos seus familiares, dos seus amigos e do povo.

Esta nova e significativa vitória dos democratas portugueses, constitui um grande incentivo para a intensificação e alargamento da campanha nacional e internacional no sentido de forçar o governo de M. Caetano a restituir à liberdade todos os presos políticos e de abrir as portas da Pátria aos que dela foram obrigados a emigrar em decorrência das suas convicções políticas.

### EDUARDO CRUZEIRO NAO PODE SER EXTRADITADO

Prosseguem em todo o mundo, os apelos e protestos contra a entrega pelas autoridades espanholas de Eduardo Cruzeiro à PIDE (agora batizada pelo sr. Marcelo Caetano de "Direcção Geral de Segurança", como se esse embuste grosseiro pudesse enganar alguém).

Como se recorda, Eduardo Cruzeiro encontra-se preso em Espanha e o poder judiciário franquista atendeu o pedido de extradição da PIDE, baseado no facto de o mesmo ser desertor da guerra suja que os colonialistas e fascistas portugueses conduzem contra o povo da Guiné Bissau. Os juristas de Franco aceitaram a tese da PIDE, considerando a deserção um crime de natureza comum e não uma opção política.

O recente julgamento de Palma Inácio e sua libertação, que comentamos noutra local desta edição, veio provar que a fraqueza dos regimes de Franco e Marcelo já não permite manter a unidade e íntima solidariedade existente entre os regimes fascistas de Espanha e Portugal, durante mais de três décadas. As forças populares dos dois países e a opinião publica mundial arrancaram à justiça franquista a libertação de Palma Inácio. Igual vitória pode ser obtida no caso de Eduardo Cruzeiro se a acção pela sua liberdade se intensificar e ampliar. Eduardo Cruzeiro não pode ser extraditado. Ele é um patriota, um combatente anti-fascista e não um criminoso comum! **COMITÉ PORTUGAL**

Foi criado na Bélgica (B.P. 80 — Bruxelles) o Comité Portugal. Em carta-circular de 22 de Setembro p. p. este novo organismo de solidariedade á luta do nosso povo, após analisar a situação politica portuguesa e concluir que os factos justificam claramente a

criação do Comité Portugal, pois com Salazar ou Caetano o fascismo é o mesmo", concluiu: "A razão de ser do Comité Portugal é ajudar os democratas portugueses no combate que travam contra o estado fascista e divulgar na Bélgica a justeza da sua grande causa. O Comité Portugal lança um vibrante apelo a todos os anti-

-fascistas desejosos de liberdade, para que se juntem ao Comité a fim de denunciarem os crimes da opressão fascista e para que todos os antifascistas belgas lhe levem também toda a ajuda possível". Indica para remessa de ajuda financeira o seguinte endereço postal: Comité Portugal — c. c. p. 665.810.

## LUTAS POPULARES

(Continuação da pág. 1)

Ao soarem as 16 horas ouviu-se uma extraordinária ovação de regosijo pelo êxito da greve! Estava alcançada a unidade que havia de levar o governo a ceder às reivindicações dos ferroviários, semanas mais tarde. No dia 26 de Novembro os ferroviários conseguiram novo Contrato Coletivo de trabalho, conquistando aumento geral de salários subsídios de férias e, algumas categorias do pessoal, benefícios específicos, particularmente no tocante a horário de trabalho. Por outro lado, foram criadas algumas novas categorias, possibilitando a promoção do pessoal de alguns níveis. Os valentes ferroviários, que há mais de um ano vêm lutando corajosamente contra os tubarões da CP, não desarmam. Este êxito anima-os a novas lutas e novas vitórias.

### GREVE NA LISNAVE

— Em prosseguimento a luta que vêm sustentando por aumento de salários e outras regalias, mais de 1.500 operários entraram em greve no dia 20 de novembro p.p. mantendo os estaleiros da margem sul (Margueira) inteiramente paralizados durante dois dias. Recordam-se que os operários da Lisnave reclamavam, há meses, aumento de salários e o pagamento de 30 dias. (em Portugal, os trabalhadores, não ganham o domingo). No momento em que fechamos esta edição não possuímos ainda elementos sobre os resultados desta luta. Sabemos apenas que os operários da Lisnave alcançaram o seu principal objectivo: aumento salarial.

**Abelheira** — Nesta fábrica de papel, no Tojal, na secção de escolha, o patrão pretendia colocar uma aprendiz para cada dois grupos de mulheres. As operárias recorreram à greve para fazer gozar os planos do patronato e exigir aumento de salários. As 100 operárias da secção de sacos aderiram ao movimento, fazendo greve de braços caídos, nos dias 18 e 19 de setembro p.p. protestando contra os ínfimos aumentos (alguns de 1500!) que lhes foram atribuídos. Posteriormente, mais de 200 operárias e alguns operários concentraram-se junto aos escritórios para falar com um dos administradores, que lhes prometeu nova melhoria de salários. **M. Pereira** — de 5 a 11/10 todo o pessoal desta empresa vidreira da Marinha Grande parou. Concentrou-se no gabinete da Gerência a fim de reclamar aumento de salários. O industrial M. Pereira, perante a firmeza dos operários, prometeu que iria atender à reivindicação do pessoal. **Tabopan** — Reclamando aumento de salários e protestando contra as más condições de trabalho, centenas de operários desta fá-

brica de aglomerados de madeira, em Amarante, declararam-se em greve, abandonando os locais de trabalho durante 24 horas.

**CEFA** — Na fábrica de confecções CEFA, na Margem Sul do Tejo, os operários e operárias decretaram greve de braços caídos no dia 21 de Outubro, mantendo-se nesta atitude mais dois dias. São cerca de 800 trabalhadores e reclamavam aumento de salários.

### PARALIZAÇÕES

**Na Fábrica Eduardo Pereira Pinto & Filhos** registrou-se, recentemente uma paralização de trabalho, das 8 às 15 horas, na secção de carpintaria. Todos os operários, cerca de 100, pararam as máquinas depois de uma comissão de 9 trabalhadores ter recebido resposta negativa do patrão ao pedido de aumento de salários, reivindicação que há meses vinham formulando. Apesar das ameaças da PIDE, chamada pelos donos da Fábrica, os operários mantiveram-se firmes e passados alguns dias conseguiram um aumento de 5500 diários. Os primeiros trabalhadores a serem aumentados foram os da secção de carpintaria que tomaram a iniciativa de paralisar o trabalho. Animados com esta primeira vitória, mas descontentes com o aumento concedido, os trabalhadores desta empresa continuam a luta por um aumento que satisfaça as suas necessidades, agravadas dia a dia pela elevação do custo de vida.

**Na Fábrica de Curtumes Mota, de Alcanena**, também os operários recorreram à paralização do trabalho para responder às manobras de divisão do patronato; que concedera aumentos de 5500 a apenas alguns trabalhadores. Durante a paralização o presidente da Câmara de Alcanena, fazendo as vezes da PIDE, procurou quebrar a unidade dos trabalhadores. Estes porém mantiveram-se firmes e todos ganharam o aumento.

### CONTRA A CARESTIA

A medida que o custo de vida sobe elevam-se também os pro-

testos populares. Contra os aumentos das tarifas nas carreiras fluviais da CP entre Lisboa e Barreiro, uma comissão de populares entregou um documento de protesto com mais de mil e quinhentas assinaturas no Ministério das Comunicações.

Também a população de Queluz protestou num abaixo-assinado contra os aumentos das passagens de trem. A esta acção associou-se toda a população da linha de Sintra, servida pela mesma estrada de ferro.

Convidado pela Universidade da Califórnia (Davis), para ali reger um curso de literatura francesa, ausentou-se temporariamente para os Estados Unidos o nosso companheiro de Redacção Vitor Ramos.

Dias antes da partida, em jantar de despedida, foi salientado o facto de Vitor Ramos ter sido um dos fundadores do "Portugal Democrático" há já 13 anos, e ter mantido uma constância invulgar na ajuda prestada tanto ao nosso Jornal como às actividades daqueles que aspiram a um Portugal democrático.

A perda temporária da valiosa colaboração de Vitor Ramos para o nosso jornal representa um sério prejuízo. Entretanto, o prestígio que ele irá conquistar para o nosso país nos meios universitários norte-americanos, constitui uma grande ajuda á causa da democracia em Portugal.

### A LUTA NOS SINDICATOS

Utilizando os chamados "sindicatos nacionais" como campo de luta, os trabalhadores portugueses têm alcançado êxitos significativos. Um dos mais recentes e importantes foi a homologação do Contrato Coletivo de Trabalho dos Estivadores de Lisboa, que resultou de uma prolongada luta em que esta combativa categoria recorreu ás mais variadas formas de pressão junto do Sindicato. O aumento de cerca de 50% nos salários e a satisfação de outros reivindicações, constituem a prova da justeza da posição de vigilância seguida pelos estivadores de Lisboa.

Também em resultado de repetidas diligências junto do Sindicato e da Empresa, o pessoal dos Telefones de Lisboa e Porto (T.L.P.) conseguiram aumentos de 10, 15, 20, 23, e 30%, por ordem inversa dos salários.

Na Fábrica Olala, de Sacavém, após várias diligências no Sindicato e a entrega de um abaixo-assinado com cerca de 100 assinaturas, os trabalhadores conseguiram ver readmitidos 9 operários que haviam sido despedidos. Após esta vitória, o patronato temeroso da unidade dos operários começou a conceder em meados de Outubro, aumentos parciais de salários. Os aumentos não satisfizeram as reivindicações do pessoal que se articula para continuar a luta por melhores níveis salariais e outras regalias, como a de ganhar 30 dias no mês.

Na Marinha Grande tem havido permanente acção sindical dos operários vidreiros. Os trabalhadores recusam as condições do novo contracto coletivo de Trabalho, "cozinhas" pelos delegados do Ministério das Corporações. Apresentam emendas e reivindicações a satisfazer e estão dispostos a lutar pelas mesmas. Esta luta sindical tem sido conduzida na base de reuniões amplas, com larga participação de trabalhadores, onde o Contracto é discutido pormenorizadamente.



agência TRIÂNGULO de seguros s.a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO



# AS "ELEIÇÕES" CAETANISTAS

(Continuação da pág. 5)

há muitos anos não acontecia, se bem que nenhum tivesse ilusões quanto à sua inevitável derrota; mas é significativo que tenham recebido permissão para fiscalizar a apuração de votos que se realizou de forma limpa e sem incidentes.

Isto quer dizer que, embora tenha havido vícios no período pré-eleitoral, criando-se obstáculos ao levantamento do censo de eleitores e limitando-se as possibilidades de propaganda da oposição, no dia dos comícios as coisas correram de forma decente. Isto, que é muito pouco, é algo num país que anda há 40 longos anos afastado da democracia. O simples fato de que a campanha e os comícios tenham decorrido sem incidentes é considerado em Portugal como argumento importante contra aqueles que duvidam que o país esteja maduro para o jogo democrático.

Convém sublinhar estas circunstâncias porque durante a campanha se discutiu abertamente o mais delicado dos problemas políticos de Portugal: o futuro dos territórios ultramarinos. Num discurso pronunciado na véspera da companhia Marcelo Caetano declarou que estas eleições iam demonstrar se o povo português apoia ou não a política ultramarina do governo. Tal convite à discussão do problema ultramarino foi muito mal recebido pelos setores mais reacionários que apoiam o regime e para os quais a pátria não se discute, defende-se-se... "Os candidatos social-democratas defenderam a autodeterminação dos territórios ultramarinos, embora sem propor o abandono imediato dos mesmos; defenderam a ideia de um socialismo democrático e pluralista, assim como a permanência de Portugal na NATO, se bem que numa posição de independência "à francesa".

A C.D.E., que obteve muito mais votos que a C. E. U. D. em Lisboa e Braga, mas menos no Porto, e formada por elementos de extrema esquerda e católicos progressistas, apresentou um programa socialista mais radical, o que fez com que o governo a acusasse de "estar dominada pelos comunistas". A C.E.D. propôs a independência imediata de Angola e Moçambique e das demais colónias, o abandono da NATO e um vasto programa de nacionalizações no setor económico.

Passado este transe eleitoral, o problema que se coloca agora aos democratas portugueses é até que ponto os citados agrupamentos poderão continuar a manifestar a sua existência.

Tanto a C.D.E. como a C.E.U.D. quiseram prosseguir em atividade; mas, sendo ilegais em Portugal os partidos políticos, é difícil que estas duas "comissões eleitorais" consigam, de agora em diante, exercer qualquer atividade que não caia imediatamente na classificação de clandestina.

Em contrapartida, pode dar-se como certo o aparecimento de uma certa "oposição legal": no intento de ampliar a sua base política para o centro, a União Nacional apresentou alguns candidatos jovens de tendências francamente liberais; alguns deles pronunciaram-se durante a companhia a favor da liberdade de imprensa, da pluralidade de partidos políticos e de uma política económico-social mais progressiva.

Com uma Assembleia renovada em mais de 70% dos deputados, uma experiência eleitoral que demonstrou um inesperado civismo por parte da população, com o novo ambiente político que indiscutivelmente está reinando em

Portugal, poderia dizer-se que a "era de Marcelo Caetano" começou agora e não em setembro de 1968. Depois de 40 anos de imobilismo, o pouco conseguido em 13 meses de governo marcelista permite alguma esperança, mas não se deve pensar em nenhum progresso rápido no sentido da democracia, que não conta com simpatia alguma entre o poderosíssimo setor da extrema direita".

(in The Economist para América Latina, Vol. 3 N.º 23 novembro, 1969)

## O FANTASMA DE SALAZAR

Apesar de o poder que exerceu em Portugal, durante 36 anos, ter chegado ao fim o ano passado, o velho António de Oliveira Salazar ainda não sabe disso. Ainda paralizado, desde um ataque seguido de coma que sofreu há 13 meses, Salazar convoca reuniões do Gabinete, e os seus antigos ministros comparecem fielmente embora alguns deles já nem façam parte do Governo. Ninguém teve coragem de dizer ao ditador octogenário que ele foi substituído.

Por vezes, de fato, dá a impressão que não foi. Esta semana, os eleitores do país mais pobre da Europa foram às urnas naquilo que o sucessor de Salazar, primeiro ministro Marcelo Caetano, de 63 anos, classificou como "eleições livres". A despeito de uma certa liberalização da lei eleitoral, o resultado das eleições já era previsto. Se bem que alguns candidatos da oposição tivessem possibilidades de, pela primeira vez conquistar cadeiras na Assembleia Nacional, era inconcebível que a velha União Nacional de Salazar perdesse mais de uma meia dúzia, se tanto, dos seus 130 lugares. "O único problema que ha com a oposição é o fato de ela querer derubar o governo", declarou um robusto orador num comício da União Nacional a semana passada. "Isso nunca permitiremos".

Mesmo nos tempos de Salazar, havia "eleições" a períodos regulares, e porque não? A única vez que alguém conseguiu conquistar uma palpável massa de votos da oposição foi em 1958, quando o impetuoso general Humberto Delgado lançou o slogan: "Sei que este regime está podre porque fiz parte dele". Delgado conseguiu 23% dos votos. O líder da oposição este ano é o advogado Mário Soares, de 44 anos, socialista cortês que esteve doze vezes na prisão no tempo de Salazar. Logo que chegou a primeiro ministro, Caetano trouxe Soares de volta da ilha de S. Tomé, para onde Salazar o desterrara em 1968.

Muito embora o regime tivesse aliviado a censura e tornado o voto extensivo às mulheres, todas as cartas estavam marcadas e dispostas a favor da União Nacional. Com liberdade de ação apenas durante um mês de campanha oficial, a oposição mal teve tempo de se organizar. Apenas a União Nacional pôde fazer uso da propaganda pela rádio e pelos jornais; ninguém, a não ser Marcelo Caetano, pôde usar a televisão. Os comícios só foram autorizados em recintos fechados e sob vigilância da polícia política. A oposição foi matematicamente condenada à derrota por toda a parte. Os partidos políticos em Portugal têm que fazer a distribuição das suas células de voto. Os nomes dos eleitores constam em listas oficiais, mas os candidatos da oposição não recebiam permissão para as consultar por tempo suficiente para copiar todos os nomes constantes nas

mesmas. No distrito eleitoral de Lisboa, o grupo de Mário Soares só conseguiu enviar cédulas a metade dos 350.000 eleitores inscritos — o que tornava a derrota certa. E mais, as cédulas da oposição foram impressas em papel quase transparente, muito diferente do papel encorpado que foi utilizado pela União Nacional, o que fez do "voto secreto" uma fantochada.

Apesar disso, a campanha em si significou uma mudança em Portugal. Ao selecionar os candidatos da União Nacional, Caetano baixou a idade média da lista de 57 para 48 anos. Prometeu ao povo melhor habitação, escolas e previdência social.

Soares fez discursos de propaganda nas zonas rurais, muitas vezes para espanto dos camponeses. Quando a caravana de Mário Soares passava pelas aldeias, umas pessoas fechavam as portas, outras pensavam que era um cortejo nupcial, e uma mulher, ao perguntarem-lhe se era eleitora, respondeu: "Penso que sim. O que é uma eleitora?" Nas cidades, o público aplaudia quando ele fugitava os "fascistas" e pedia "o fim da opressão e da polícia política".

O verdadeiro caráter do regime caetanista talvez se revele mais claramente no próximo ano, quando tomar posse a nova Assembleia Nacional para reformar a Constituição. A obstinação verbal de Caetano parece indicar que não haverá grandes mudanças no Estado Novo autoritário que Salazar instituiu segundo os padrões da Itália de Mussolini, apesar de nenhum outro país da Europa precisar tanto de mudanças como Portugal. Os cartazes turísticos do Governo dizem modestamente que Portugal é o segredo mais bem guardado da Europa — estranho intacto e barato. As vezes, porém, o que parece é que a Europa é o segredo mais bem guardado de Portugal. A prosperidade do Continente passou ao lado de Portugal, cujos 9.500.000 habitantes incluem uma taxa de 38% de analfabetos e uma renda per capita de apenas 490 dólares (Espanha: 830 dólares). Dois quintos das 13.387 cidades e vilas não têm luz elétrica, e três quartas partes não têm água corrente. O futuro é tão desanimador que mais de um milhão de portugueses emigraram em busca de trabalho para lá dos Pirenéus.

Certos elementos da União Nacional preconizam reformas profundas. Justamente agora, porém quem tem mais força são os ultraconservadores, — que ainda controlam uma grande parte da economia — e o exército. Estes "ultras" estão num ataque cerrado contra a mudança, especialmente no que tange à arcaica política colonial do país. A guerra que Lisboa sustenta há oito anos, sem possibilidades de vitória, contra os nacionalistas africanos em Moçambique, Angola e Guiné, mobiliza 130.000 homens e 40% do orçamento nacional. Torna-se, assim, uns dos principais obstáculos ao progresso.

Quando Caetano sugeriu durante a companhia que a dispendiosa política colonial poderia ter uma saída os ultras sentiram-se insultados. "O exército está vigilante", advertiu solenemente o Chefe do Estado Maior, Américo Thomaz, um almirante aposentado que serve de Presidente, vociferou que as colónias "defendem-se, não se discutem". Em certas alturas parece como se o velho Salazar ainda andasse controlando tudo.

(in Time, outubro, 1969)

## Católicos Denunciam

Os círculos católicos portugueses prosseguem na luta contra a hierarquia reacionária, particularmente contra o Cardeal Cerejeira, responsável pela Diocese de Lisboa. Através de reuniões de convívio e de estudo, e de publicações próprias, os padres e leigos católicos progressistas denunciavam as arbitrariedades e violências inquisitoriais cometidas pela hierarquia, que continua de mãos dadas com o fascismo, comprometendo gravemente a Igreja.

Os dois últimos números dos Cadernos CEDOC, chegados à nossa redação, incluem: Uma carta ao Conselho Presbiterial, assinada por 30 cristãos em que é referida a perseguição que vêm sofrendo os padres que tomam atitudes dignas. Uma matéria sobre o silêncio e a indiferença quanto à situação dos 11 padres de Angola, exilados sem culpa formada, situação que a hierarquia justificou com informações falsas dadas publicamente (cartas do Arcebispo de Metilene e de Mons. João de Castro, publicadas na I.C. I.). Um comentário sobre o afastamento do país de padres válidos, que se interessam pela vida e pela luta dos seus paroquianos. As dificuldades levantadas na Diocese de Lisboa aos processos de redução ao estado laical e a forma como os mesmos são conduzidos, é outra denuncia contida nos Cadernos CEDOC.

Os numeros a que nos referimos publicam ainda matérias sobre o clamoroso caso do Padre Felicidade, análise das causas que levaram ao pedido de demissão dos padres do Seminário dos Olivais; a pressão da hierarquia sobre um grupo de seminaristas dos Olivais que, num manifesto publico, expressou a sua posição frente à Universidade Católica e a sua subsequente expulsão do seminário; a depuração dos focos renovadores da Diocese e o afastamento dos seus elementos (grupo de padres da

Martens Ferrão, diáconos, alguns sectores da Acção Católica, Junta Central IEC, padres dos Olivais, leigos, professores de moral, etc.).

### REABERTURA DA PRAGMA

O Supremo Tribunal Administrativo deu provimento ao recurso interposto pelos advogados da PRAGMA — Cooperativa de Difusão Cultural e de Acção Comunitária, que fôra arbitrariamente dissolvida pelo Ministro do Interior. Cerca de 200 sócios desta cooperativa católica reuniram-se em manifestação de regozijo pela medida, tendo na ocasião pronunciado um discurso o arquiteto Nuno Teotónio Pereira, presidente da direção da entidade.

### Notas e Comentários

(Continuação da pág. 3)

No momento em que o movimento democrático português se fortalece com a recuperação, para a liberdade e para a luta, de um combatente de tão invulgar coragem como é Palma Inácio, achamos necessário ressaltar o grande significado político desse fato para a luta dos dois povos ibéricos, bem como para as novas perspectivas que se abrem para a necessária coordenação dos dois movimentos democráticos com vistas a abreviar o fim das duas ditaduras mais velhas do mundo.

**RÁDIO VOZ DA LIBERDADE**  
Ouça a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros

**UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS**

**PORTUGAL DEMOCRATICO**

**DIRETOR RESPONSÁVEL**  
Otávio Martins de Moura  
Filial - Rio de Janeiro: P. Floriano, 19 - 1.º - Tel.: 222-5686

**REPRESENTANTES**

**RECIFE:** Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva R. do Hospício, 148, 1.º, Apto. 108

**CURITIBA:** Antonio Serpa — Rua Dr. Murici, 712

**LONDRINA:** Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

**PELOTAS:** Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul

**INGLATERRA:** Portuguese And Colonial Bulletin - 10 Fentiman Road, London, S.W. 8

**BELGICA:** Mercedes Guerreiro — Av. Scharbeek, 668 — Vilvoorde — Bruxelles — Belgique

**HOLANDA:** ANGOLA COMITE — Vinkenstraat — 13 Amsterdam — C.

**CANADÁ:** Portuguese Canadian Democratic Association 357 1/2 College St Box 153 Station B — Toronto 2 B — Ontário A. dos Santos 7405 d'Outremont Ave. — Apto. 3 Montreal 303, P.Q.

**VENEZUELA:** Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

**URUGUAI:** Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay, Casilla de Correo n.º 2 128 — Distrito 5 Montevideo

**CHECOSLOVAQUIA:** João Rebelo - Postovní Urad/Jindriřská UL. C. 14 Šchranka 646 — Praha 1 — Tchecoslovaquie

**FRANÇA:** Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" - 2. Place François Villon - Escalier E — La Courneuve — Seine — França

**REDAÇÃO:**  
Rua Líbero Badaró n.º 438 — 5.º and. sala 50 — Tel.: 37-0933 Caixa Postal, 6248  
Composto na Letras Editora Ltda. Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

**EXPEDIENTE:**  
Dias úteis: das 19 às 22 horas  
Sábados: das 15 às 19 horas  
Número avulso . . . . . NCr\$ 0,30  
Assinatura anual . . . . . NCr\$ 5,00

Ano XIV - N. 146 - Dezembro de 1969

**Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.**



# LIBERTEMOS ALVARO VEIGA DE OLIVEIRA

O democrata Alvaro Veiga de Oliveira termina a pena de 4 anos, a que foi condenado pelo tribunal fascista, em 20 do corrente. Veiga de Oliveira é um jovem engenheiro que pela sua competência e extraordinária inteligência desde cedo se impôs em todos os meios onde trabalhou. No Brasil, onde residiu alguns anos, colaborou no projecto da Central Eléctrica de Furnas e desenvolveu outros trabalhos técnicos de grande merecimento. Como democrata, desde os bancos da escola se revelou um autêntico dirigente da juventude estudantil e, mais tarde, transformou-se no combatente lúcido e destemido que havia de enfrentar a PIDE com uma dignidade e valentia que o colocaram no quadro de honra dos heróis da Resistência Portuguesa.

Preso em Dezembro de 1965, foi selvaticamente espancado e torturado pela PIDE, esteve 37 dias na tortura do sono, dos quais 17 sem interrupção, recusando-se a prestar declarações sobre a sua actividade de militante revolucionário. Ao enfrentar o tribunal fascista, em Junho de 1966, Veiga de Oliveira de novo se revelou um combatente extremamente corajoso e um patriota exemplar. Em plena audiência e sob a colera dos policiais togados, que fazem as vezes de juizes no Tribunal Plenário de Lisboa declarou serenamente:

"este julgamento vai terminar com a minha condenação a uma pena pesada. De resto a aplicação das "medidas de segurança" é na prática a possibilidade da prisão perpétua. Não temo a condenação nem a inclemência que usardes porque tenho por mim a verdade; tenho por mim a vontade e a opinião da maioria do povo português; tenho por mim a força invencível da revolução triunfante que se avizinha; tenha por mim o futuro. Hoje mesmo, a estas horas, camaradas meus, muitos entre os melhores filhos do povo, circulam nas ruas, preparam-se para uma reunião, levam a imprensa clandestina às massas, educam-nas, preparam-nas para o combate, organizam-nas na luta por melhores condições de vida, encaminhando-as para a batalha decisiva. A minha prisão em nada altera a marcha da revolução. A todos esses que sem regatearem sacrifícios continuam a luta pelo futuro da Pátria portuguesa, aos combatentes pela causa do povo português, eu saúdo e lhes digo: — bom trabalho, camaradas!"

As palavras de desafio e confiança de Veiga de Oliveira, como as de outros patriotas que corajosamente têm enfrentado os tribunais fascistas, têm sido escutadas e seguidas pelo povo português, que ao longo dos anos não desarma na sua luta pela liberdade.

Homens como Veiga de Oliveira, são conhecidos e amados pelas massas populares e respeitados por todos os verdadeiros patriotas portugueses. É por isso que as forças populares, os democratas de todas as áreas que compõem o mapa político da Oposição, lutam pela sua libertação.

Os sucessos ultimamente alcançados nesta frente de combate levam-nos a dizer: a libertação de Alvaro Veiga de Oliveira, está ao alcance dos democratas portugueses e da opinião pública internacional. Se até 20 de Dezembro o peso da opinião nacional e internacional se fizer sentir junto das autoridades fascistas, Al-

varo Veiga de Oliveira pode ser arrancado da prisão. Conclamamos todos os democratas portugueses e os estrangeiros amigos de Portugal, em primeiro lugar os democratas brasileiros entre os quais Veiga de Oliveira fez numerosos amigos, a enviarem cartas, telegramas e abaixo-assinados ao Presidente da Repú-

blica (Almirante Américo Tomás — Palácio de Belém — Lisboa,) ao chefe do Governo (Marcelo Caetano — Palácio de São Bento — Lisboa), aos Ministros da Justiça e do Interior (Terreiro do Paço — Lisboa) exigindo a libertação de Alvaro Veiga de Oliveira no dia em que termina a pena a que foi condenado.

## Natal do Prêso Político

Continuam a chegar à nossa Redacção donativos para a Campanha do Natal do Preso Político. É preciso intensificar a Campanha, o Natal está à porta. *Ajudar materialmente os patriotas que se encontram nas prisões fascistas e os seus familiares é o mínimo que um democrata pode e deve fazer pela liberdade em Portugal.*

Temos em nossa Redacção alguns quadros oferecidos por

Transporte do n.º anterior	.....NCr\$ 310,00
Helder Costa	..... 10,00
Francisco Vidal	..... 50,00
A. Pereira	..... 20,00
Joaquim Quitério	..... 15,00
Eugenio Mercês	..... 20,00
Jaime Sabino	..... 10,00
José Bastos	..... 10,00
Cesar Teles	..... 50,00
A transportar	..... 495,00

pintores brasileiros cuja venda se destina a esta Campanha. Esperamos que os democratas portugueses radicados no Brasil nos visitem e comprem ou promovam a venda dos referidos quadros. Em outros países, onde não haja condições para os democratas portugueses organizarem iniciativas semelhantes, pedimos nos remetam os seus donativos que faremos chegar aos presos e suas famílias.

## Colonialismo e Anticolonialismo

### GUINÉ

Entre Junho e Agosto, as forças do P.A.I.G.C. realizaram um total de 221 acções de artilharia e infantaria contra campos entrancheirados portugueses. Tres desses baluartes colonialistas foram tomados de assalto e destruídos: Cansamba, Sintchan e Du-Combi.

No dia 3 de Agosto — aniversário do massacre de Pidjiguiti e data nacional guineense — a artilharia do P.A.I.G.C. bombardeou todos os centros urbanos ocupados pelas forças portuguesas, com excepção de Bissau, Bafata e Gabu.

Durante o mesmo período, os guerrilheiros e as forças regulares do P. A. I. G. C. prepararam 36 emboscadas, durante as quais as tropas portuguesas perderam 14 veículos e sofreram 76 baixas. Um avião foi destruído no solo, em Guidage, no dia 19 de Julho e um barco afundado no rio Buba ao dia anterior.

Em Agosto, o choque mais importante ocorreu na estrada Bula-Co. No combate travado pereceram 15 soldados portugueses, tendo sido destruídas quatro viaturas militares. No dia 22 do mesmo mês, um carro blindado que seguia na frente de um comboio militar, no trajecto Tite-Enchude, bateu numa mina e explodiu.

### MOÇAMBIQUE

Nos meses de Agosto e Setembro registrou-se uma intensificação da actividade militar dos guerrilheiros da FRE-

LIMO em todo o Norte da colónia. A presença de combatentes nacionalistas nas proximidades do Zambeze, na região de Cabora Bassa é cada vez mais frequente e está alarmando inclusive os técnicos estrangeiros.

O estado-maior colonialista, apesar do seu inveterado optimismo reconhece nos seus comunicados que a actividade militar da FRELINO é considerável. Desmentindo a perda de 76 soldados em Agosto e Setembro, anunciada pela FRELIMO, o Ministério da Defesa confessa, no entanto, que nesses dois meses morreram em combate em Moçambique 27 militares portugueses.

### ANGOLA

Durante a ultima reunião do CONCP, realizada em Dakar, de 17 a 21 de Julho, procedeu-se a um balanço dos resultados alcançados pelas forças nacionalistas nas tres principais colónias portuguesas, desde a Conferencia de Dar-Es-Salaam, em Outubro de 1965.

A luta em Angola, iniciada com o assalto às prisões de Luanda, a 4 de Fevereiro de 1961 apresenta hoje um panorama muito diferente. O M.P.L.A. opera em 10 das 15 províncias angolanas e um terço do território (400.000 km<sup>2</sup>) acha-se sob controle. Nas zonas libertadas, a população organiza uma vida nova, criando centros de instrução revolucionária, escolas primárias, serviços de assistência médica, cooperativas de produção, etc.



A imagem mostra uma coluna motorizada do exército português nos pântanos do leste angolano, durante a estação das chuvas. É este futuro sombrio que Caetano abre a dezenas de milhares de jovens portugueses.

### ULTIMA HORA

## ONU CONDENA COLONIALISMO PORTUGUÊS: 97 VOTOS CONTRA 2

NAÇÕES UNIDAS (Do Correspondente) — A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou no dia 21 de Novembro uma Resolução que envolve a mais severa condenação do colonialismo português até agora aprovada pela Organização.

A Resolução, depois de condenar a guerra desencadeada pelo governo português contra as populações das suas três principais colónias africanas e exigir o cumprimento de Resoluções anteriores relativas ao direito à autodeterminação e à independência dos territórios, aborda o problema da emigração maciça de colonos brancos para Angola e Moçambique e exige que Portugal ponha termo a essa politica de fixação de colonos em Africa. O texto inclui um apêlo aos Estados membros da ONU para que ajudem a luta libertadora travada pelos movimentos nacionalistas e suspendam todo o auxilio militar ou economico ao governo português, enquanto este persistir na sua escalada bélica, desrespeitando as determinações da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança.

A Resolução foi aprovada pela esmagadora maioria de 97 votos contra 2 (Portugal e Africa do Sul) e 18 abstenções. Causou satisfação entre os delegados africanos o facto de o Brasil, que o ano passado votara com Portugal, haver agora optado pela abstenção. Essa mudança da atitude do novo governo de Brasília é interpretada como uma importante derrota diplomática de Marcelo Caetano, especialmente depois do esforço realizado em Julho para obter o apoio brasileiro para a sua politica africana, quando da visita que realizou ao Brasil.

### Portugal Democrático

Em consequência dos aumentos no custo da composição e impressão e da elevação das taxas do correio, o nosso jornal atravessa uma crise muito difícil. Mais do que nunca a sobrevivência de "Portugal Democrático" depende da ajuda dos seus amigos.

Dirigimos um apêlo muito especial aos leitores e companheiros residentes no Canada, na Venezuela, e na França, que nos têm prestado um auxilio decisivo em outras oportunidades.